

O NASCIMENTO DA FILOSOFIA: DISCUSSÃO SOBRE A HIPÓTESE DA PLURIVERSALIDADE

THE BIRTH OF PHILOSOPHY: DISCUSSION ABOUT THE HYPOTHESIS OF PLUVERSALITY

Maurício de Novais Reis 1

Resumo: Este artigo objetiva promover a discussão sobre as possibilidades de uma filosofia não eurocentrada, mas empreendendo reflexões sobre uma origem plural, ou, pelo menos, afastar a possibilidade de uma origem única, encampando argumentos em favor da pluriversalidade. Além de discutir as hipóteses do lugar de nascimento da filosofia, a saber, Grécia e Egito, analisa as possíveis razões pelas quais muitos estudiosos insistem na defesa inflexível dessas hipóteses, e demonstra o fator geopolítico instalado por detrás dessa discussão. Assim, propõe outra hipótese, à qual denomina de pluriversalidade, argumentando que o status da filosofia não é geopolítico, mas humano; aponta para o surgimento da filosofia como desdobramento natural da existência humana e não como existência de determinadas condições sociopolíticas.

Palavras-chave: Filosofia. Começo. Pluriversalidade. Eurocentrismo.

Abstract: This article aims to promote discussion on the possibilities of a philosophy not eurocentered, but enterprising reflections on a plurality origin, or, at least, rule out the possibility of a single origin, arguing in favor of pluriversalality. In addition to discussing the hypotheses of the birth place of philosophy, namely, Greece and Egypt, analyzes the possible reasons why many scholars insist on unyielding defense of these assumptions, and demonstrates the geopolitical factor installed behind this discussion. It is therefore proposing another hypothesis, which denominates the pluriversalality, arguing that the status of philosophy is not geopolitical, but human; points to the emergence of philosophy as natural unfolding of human existence and not as the existence of certain social conditions.

Keywords: Philosophy. Beginning. Pluriversalidade. Eurocentrism.

Graduado em Pedagogia e em Filosofia. Especialista em Teoria Psicanalítica. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (UFSB). Professor de filosofia da rede estadual de educação da Bahia.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3713665531845445>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4154-4242>.
E-mail: contato@mauricionovais.com

Introdução

Este artigo objetiva promover a discussão sobre as possibilidades de uma filosofia não eurocentrada, mas empreendendo reflexões sobre uma origem plural, ou, pelo menos, afastar a possibilidade de uma origem única, encampando argumentos em favor da pluriversalidade.

Neste artigo discutir-se-á o lugar geográfico de nascimento da filosofia, analisando as hipóteses da origem grega e egípcia, concomitantemente, com a finalidade de questionar o falso consenso em torno da origem grega da disciplina; falso porque credita-se à genialidade grega a sua criação – basta observar os livros didáticos¹ distribuídos nas escolas públicas brasileiras. Para além dessas discussões sobre a demarcação geopolítica do conhecimento filosófico, defender-se-á a hipótese da origem pluriversal da filosofia, apresentando esta como produção iminentemente humana.

O filósofo sul-africano Mogobe Ramose (2011) compreende a geopolítica do conhecimento não como um sistema hierárquico, cujas relações de poder estão sobrepostas nas faixas centro-periferia, classificações rotineiras na compreensão universalista. Para o filósofo, contudo, o conhecimento existe horizontalmente, isto é, não depende de uma classificação hierárquica assentada na noção bipartida de centro-periferia, mas a partir do pressuposto básico de que todos os grupos sócio-étnicos possuem, no interior de suas manifestações culturais, conhecimentos das variadas matrizes epistemológicas, incluindo-se a filosofia. Assim, o conhecimento, horizontalizado, não comporta relações de poder, dominação e exploração, mas relações apenas de diferença e complementaridade. No tocante a isto, a pluriversalidade refere-se à pluralidade dos universos epistêmicos, negando a noção de um verso singular, uno, que hierarquiza e redistribui o poder à semelhança das assimetrias geopolíticas adotadas na modernidade.

Na lógica pluriversal não existe centro e periferia, mas centros que são múltiplos. A lógica universalista, por sua vez, fortaleceu-se exatamente com as concepções coloniais que alçaram o continente europeu à posição de superioridade precisamente pelo seu domínio da racionalidade. Por exemplo, pensadores europeus de grande envergadura intelectual publicaram obras detratórias dos africanos.²

A produção intelectual daqueles povos é refletida pelas suas identidades culturais, tornando essa produção ainda mais variegada. A mentalidade, forjada nos ditames da cultura, produz determinadas maneiras de refletir sobre as grandes questões que inquietam a humanidade. A problematização constante da realidade concreta passa pela reflexão propriamente filosófica e é isso que buscar-se-á demonstrar com o conceito de pliversalidade.

Disputa: paternidade filosófica

Iniciar-se-á a presente discussão buscando desenvolver uma análise pormenorizada das teorias que sustentam o locus de nascimento da filosofia, assim como realizar uma crítica da estrutura sobre a qual essas teorias encontram-se fortemente edificadas. Para tanto, tornar-se-á necessário promover a comparação entre as diferentes teorias sobre a origem da filosofia, extraindo dessas teorias os pontos divergentes acerca de seus princípios históricos e epistemológicos.

Considerando que a filosofia encontra-se longe de constituir-se campo do consenso, partiremos dessas reflexões preliminares e passaremos à discussão propriamente dita a respeito das teorias possíveis que concernem ao seu surgimento. Portanto, discutiremos pelo menos três hipóteses possíveis no que tange a esta questão, sendo a primeira referente à origem grega, cujos pressupostos históricos determinantes apresentam condições específicas da

¹ Menciona-se os livros didáticos neste artigo porque são geralmente o primeiro contato do estudante com a filosofia, ainda na educação básica. Dentre as oito obras aprovadas pelo PNL (2018), apenas uma reserva um capítulo para tratar da filosofia africana. Contudo, Reflexões: filosofia e cotidiano (VASCONCELOS, 2016) ignora a discussão sobre a origem da filosofia, limitando-se a tratar apenas dos movimentos político-filosóficos iniciados no continente africano no século XX a partir das lutas independentistas, assim como emprestando poucos parágrafos a outras abordagens filosóficas africanas.

² Os filósofos europeus Hume (2004), Kant (1993), Hegel (2008) e Lévy-Bruhl (2015) promoveram concepções preconcebidas a respeito dos negros, apontando-os como incapazes do pensamento lógico.

geopolítica e da geoepisteme que tornaram-se cruciais para o surgimento do *logos* em contraposição ao *mythos*. A segunda hipótese – e não menos relevante – refere-se à possibilidade de surgimento da filosofia no antigo Egito, antes mesmo da chegada helênica àquele país africano. Todavia, completando uma espécie de movimento dialético, concluir-se-ão essas reflexões engendrando uma terceira hipótese, cuja síntese apresenta-se como um arremate plausível, mas não plenamente irrefutável. Nesta terceira hipótese, os pressupostos preponderantes da argumentação não recorrerão à geopolítica, tampouco à geoepisteme, mas à existência de humanidade com seus dilemas e suas contingências.

Por muitos séculos, a filosofia foi concebida como “criação do gênio helênico” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 3). Desde a antiguidade, com Tales de Mileto, o pensamento filosófico surge como “milagre” da passagem da consciência mito-poética à racionalidade filosófica, amparada no *logos* grego.

No ensino médio brasileiro tornou-se lugar-comum reconhecer a filosofia como criação grega. O livro didático *Filosofando: introdução à filosofia*, amplamente distribuído nas redes públicas de ensino, aferra-se à origem grega embasado em autores ocidentistas. Em contrapartida, descarta completamente o pensamento não-grego pela natureza religiosa de suas reflexões, bem como pela sua preponderância na tradição oral. Assim, a referida obra argumenta que a ausência de domínio da escrita teria impossibilitado o pensamento propriamente filosófico dentre aqueles povos.

O referido manual didático preconiza:

Costuma-se dizer que os primeiros filósofos foram gregos e surgiram no período arcaico, nas colônias gregas. Embora reconheçamos a importância de sábios que viveram na mesma época em outros lugares, suas doutrinas ainda estavam mais vinculadas à religião do que propriamente à filosofia (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 37).

E complementa:

A consciência mítica predomina em culturas de tradição oral, quando ainda não há escrita. Mesmo após seu surgimento, a escrita reserva-se aos privilegiados, aos sacerdotes e aos reis, e geralmente mantém o caráter mágico: entre os antigos egípcios, por exemplo, a palavra *hieróglifo* significa literalmente “sinal divino” (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 37).

Nestes fragmentos, as autoras parecem ignorar o fato de a celebrada racionalidade grega ter conquistado espaço partindo do pensamento mítico, ligado, portanto, à superstição e à religiosidade. Os filósofos gregos da antiguidade tampouco abandonaram imediatamente sua vinculação à mitologia, não obstante tivessem reorganizado sua consciência, fundamentando-a em aspectos predominantemente racionais. Todavia, isso não invalida o fato de que alguns desses filósofos continuassem aderindo ao mito, ainda que com menor engajamento.³

Concernente ao domínio da escrita, basta argumentar que alguns dos mais destacados filósofos gregos da antiguidade sequer utilizaram a página escrita para transmitir seu pensamento. Tanto filósofos pré-socráticos, como o próprio Sócrates – pensador grego de incomparável destaque na história da filosofia ocidental –, não recorreram à escrita para comunicar suas ideias e isso, certamente, não os torna menos filósofos do que os “filósofos-escritas”. Outrossim, mesmo na Grécia antiga, a escrita era acessada apenas por um grupo muito restrito e privilegiado, que efetivamente estava apto à participação das discussões políticas na ágora a fim de decidir por todos nas assembleias, cujo número variava entre 10% e 14% dos indivíduos (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 39). Nesta perspectiva, mesmo na Grécia da democracia, o contingente de cidadãos que dominavam a escrita era impressionantemente pequeno, o

³ Os mandamentos de Pitágoras permaneceram dominados pelo misticismo (NICOLA, 2005). E Sócrates não se esqueceu que devia um galo ao deus da medicina (cf. PLATÃO, 1872).

que tornaria o empreendimento filosófico bastante restrito, se considerarmos a página escrita como fator imprescindível do filosofar.

Em contraposição à tese defendida pelas filósofas brasileiras a respeito da imprescindibilidade do domínio da escrita para o empreendimento filosófico, o filósofo queniano Maurice Makumba argumenta:

O observador atento não terá deixado de notar que os próprios inícios da filosofia grega ficaram inscritos em *ditos orais*, que foram mais tarde postos por escrito pelos filósofos e intérpretes que se seguiram. O pensamento de Tales, Anaximandro, Anaxímenes e Sócrates, por exemplo, foi passado a escrito, muito mais tarde, por outros, e não pelos próprios. Este não é o momento para perguntar o que tinham os seus *ditos orais* de tão particular, que os fizeram mais filosóficos do que alguma especulação africana de igual valor, até agora *não escrita!* (MAKUMBA, 2016, p. 24-25).

Fica evidente, por conseguinte, que o domínio da escrita não constitui elemento indispensável ao empreendimento filosófico. Essa parece compreender uma lei geral válida tanto para gregos como para os seus contemporâneos. Pelo contrário, o empreendimento filosófico exige que os indivíduos fundamentem suas posições mediante a racionalidade lógica de seu raciocínio, independentemente se estes serão estabelecidos por escrito em algum momento da história. A escrita, por conseguinte, servirá à documentação do pensamento, não ocupando o lugar do pensamento em si.

O fato de os pensadores não gregos serem ainda hoje desconhecidos, não constitui comprovação cabal de que jamais tenham existido. Significa apenas que suas elucubrações filosóficas não foram postas por escrito e, por isso, não podem ser revisitadas e reinterpretadas, como, por exemplo, acontece às reflexões de Sócrates (cf. Platão, 2013). Como expressa um trocadilho frequentemente escrito por estudantes na lousa durante a ausência do professor: “a inexistência de provas não constitui prova da inexistência”. Ou seja, a inexistência de documentos escritos comprobatórios do pensamento filosófico de povos não helênicos não constitui, *ipso facto*, prova da inexistência desses filósofos (OMOREGBE, 1998).

Para a filósofa Marilena Chauí, cujos manuais também são distribuídos nas unidades de ensino de todo o país, a defesa da origem grega da filosofia não se ampara especificamente no domínio da escrita, tampouco na vinculação à religiosidade, embora esses pontos sejam sintomáticos dos povos não-gregos. Argumenta, assim, tratar-se da forma de exprimir os pensamentos, cujo paradigma nas culturas não helênicas era completamente diferente.

Dizer que a filosofia é tipicamente grega não significa, evidentemente, que povos como os chineses, os hindus, os japoneses, os árabes, os persas, os hebreus, as sociedades africanas ou as indígenas da América não possuem sabedoria, pois possuíam e possuem. Também não quer dizer que esses povos não tivessem desenvolvido o pensamento e formas de conhecimento da natureza e dos seres humanos, pois desenvolveram e desenvolvem. Quando se diz que a filosofia é grega, o que se quer dizer é que ela apresenta características, concepções e formas de pensar e de exprimir os pensamentos completamente diferentes das formas de pensar de outras culturas (CHAUÍ, 2016, p. 40).

Dentre as diferenças apontadas por Chauí encontram-se a “tendência à racionalidade” e a “recusa de explicações preestabelecidas” (CHAUÍ, 2016, p. 40), que diferiam os gregos das demais sociedades, uma vez que estas fundamentavam-se exclusivamente no pensamento mítico.

Não obstante, o pensador lusitano José Nunes Carreira sustenta que a filosofia moral teria “começado no vale do Nilo com Imhotep (c. 2700 a. C.), mais de dois milênios antes

de despontar na Hélade” (CARREIRA, 1994, p. 95). Ademais, uma egiptóloga escreveu que “pode afirmar-se sem hesitação que as composições egípcias de sentenças representam os começos dos escritos filosóficos e os seus autores os mais antigos moralistas da humanidade” (BRUNNER-TRAUT apud CARREIRA, 1994, p. 95). Informações dessa natureza apontam para uma filosofia moral muito anterior a Sócrates, Platão e Aristóteles; e também muito anterior às reflexões dos filósofos da *Physis*, os chamados pré-socráticos.

A filosofia teria surgido primeiro na África, mais especificamente no Egito, que àquela época já era uma nação cultural e intelectualmente avançada. Africanus Horton (apud MAKUMBA, 2016, p. 28) elucida que o contato entre gregos e africanos era constante e que, mediante este contato, a filosofia desembarcou em solo grego ainda na antiguidade.

Homens eminentes como Sólon, Platão e Pitágoras fizeram peregrinações a África em busca de conhecimento; e diversos deles escutaram as instruções do africano Euclides, que chefiava a mais célebre escola matemática do mundo, que floresceu 300 anos antes do nascimento de Cristo... Orígenes, Tertuliano, Agostinho, Clemente de Alexandria e Cirilo, que foram padres e escritores da Igreja primitiva, eram escuros bispos africanos de apostólica nomeada (grifo nosso).⁴

Caso a hipótese da origem egípcia esteja correta, como defendida por Carreira, faz todo o sentido que os pensadores eminentes da Grécia tenham levado a filosofia do Egito para a Grécia quando retornaram às suas terras de origem. Neste sentido, o surgimento da filosofia teria ocorrido no antigo Egito, tendo esta sido levada para as cidades gregas através de seus pensadores que retornaram após longo período aprendendo com os egípcios.

Nesta perspectiva, o filósofo Eugenio Nkogo Ondó afirma que desde Homero e Hesíodo, “os gregos foram os primeiros europeus que descobriram África através do Egito”, inclusive batizando o lugar de *Aithiopia*, que significa “o país dos negros” (NKOGO ONDÓ, 2001, p. 26). Segundo o testemunho de vários pensadores, os egípcios antigos possuíam concentração de melanina no corpo, o que corresponde ao fato empírico de que eram indivíduos de pele negra.⁵ Na antiguidade, porém, este fato não constituiu motivo de desprezo, tendo o racismo começado posteriormente.

O filósofo espanhol Fernando Montoya defende a tese segundo a qual a filosofia surgiu no continente africano. Contudo, promove uma diferenciação conceitual entre os termos “começo” e “origem”. Ao contrário de Carreira, Montoya sustenta que a origem da filosofia está na Etiópia, seu começo no Egito e seu recomeço na Grécia.

O demonstrável até hoje é que a filosofia é egípcia e que começa por volta do ano 3000 antes de Cristo nos santuários subterrâneos de Tebas (mais tarde veremos que havia mais escolas filosóficas). Outra coisa seria a questão da origem que provavelmente deveria ser buscada fora do Egito, especificamente na Etiópia (MONTROYA, 2010, p. 83).

O filósofo espanhol, então, classifica a filosofia como tendo se originado no continente africano, mais especificamente na Etiópia, antes mesmo de ter sido adotada pelos egípcios e gregos. Neste sentido, a classificação empreendida por Montoya posiciona a filosofia em origem,⁶ começo e recomeço, indicando como origem o germe ainda não propriamente específico do empreendimento filosófico de um *modus vivendi* etíope anterior à iniciação filosófica no antigo Egito, de onde, posteriormente, os helênicos herdaram o método de pensamento

4 A história da filosofia ocidental confirma o relato sobre a presença de pensadores gregos no Egito (cf. GAARDER, 1995).

5 Esta tese é defendida por Cheikh Anta Diop, Marcién Towa e Eugenio Nkogo Ondó. Towa (2015) argumenta que os europeus rejeitam a filosofia como tendo começado no Egito por causa do racismo antinegro que se instalou na humanidade durante a modernidade.

6 A origem etíope da filosofia possui estreita relação com as línguas circulantes naquela região, assim como o caráter cosmológico com o qual as indagações filosóficas etíopes se ocupavam (REIS, 2019, p. 51).

denominado de rekhet.⁷ Segundo esta hipótese, os gregos são um subproduto da cultura africana na medida em que “meramente continuaram e desenvolveram, às vezes parcialmente, o que os egípcios inventaram” (DIOP, 1974, p. 230).

No diálogo *As Leis*, Platão (1999, p. 315-316) reconhece a pujança da civilização egípcia, mencionando, inclusive, seu modelo pedagógico avançado em contraposição à “precária situação” da pedagogia grega daquela época. Aliás, Platão conhecia bem o modelo pedagógico egípcio, pois havia estudado com os sacerdotes do Egito (PLUTARCO, 1995).

Não obstante o testemunho do destacado pensador grego, muitos intelectuais da atualidade insistem na superioridade grega sobre os demais povos daquela época. Dentre esses pensadores, destaca-se o ocidentalista Werner Jaeger (1994, p. 05), que afirmou:

O helenismo ocupa uma posição singular. A Grécia representa, em face dos grandes povos do oriente, um “progresso” fundamental, um novo “estádio” em tudo o que se refere à vida dos homens na comunidade. Esta fundamenta-se em princípios completamente novos. Por mais elevadas que julguemos as realizações artísticas, religiosas e políticas dos povos anteriores, a história daquilo a que podemos com plena consciência chamar *cultura* só começa com os gregos (grifo nosso).

Trata-se, neste fragmento, não só da tentativa de redimensionar o povo grego como superior, fundamentado em princípios completamente novos, como também defende o nascimento daquilo que designamos justificadamente de cultura. Entretanto, se a cultura tem início na Grécia, por que eminentes homens gregos como Tales de Mileto, Sólon, Eudoxo, Pitágoras e Platão teriam se dirigido ao Egito em busca de conhecimento?

A filosofia foi criação do gênio helênico: não derivou aos gregos a partir de estímulos precisos tomados das civilizações orientais; do Oriente, porém, vieram alguns conhecimentos científicos, astronômicos e matemático-geométricos, que o grego soube repensar e recriar em dimensão teórica, enquanto os orientais os concebiam em sentido prevalentemente prático (REALE; ANTISERI, 2003, p. 3).

Por que reconhecer a adoção de conhecimentos científicos, astronômicos e matemático-geométricos pelos gregos, mas rejeitar inflexivelmente a ideia de que a filosofia possa, a exemplo destes conhecimentos, ter desembarcado no mundo helênico trazido de outras civilizações? A famigerada “dimensão teórica” impressa pelos gregos explica irrefragavelmente as razões pelas quais os ocidentalistas insistem na paternidade grega da filosofia? Ou existem outros motivos escamoteados por detrás dessa defesa? Uma das respostas plausíveis⁸ a estes questionamentos encontra-se no livro *Na Casa de Meu Pai*, no qual Appiah (1997, p. 131) afirma que a “filosofia é o rótulo de maior status no humanismo ocidental”.

Isso explica algumas coisas. É preferível abdicar da astronomia, da matemática e da ciência do que abdicar daquilo que ocuparia o lugar de símbolo da racionalidade. A filosofia, com sua dimensão teórica, representa a racionalidade. Por este motivo, o Ocidente, na modernidade, jamais cogitou reconhecer a herança egípcia, uma vez que o rótulo de racional recobre o *modus vivendi* dos ocidentais e relega os não ocidentais à casta daqueles cuja consciência permanece aprisionada no *mythos*. Assim, defendem dogmaticamente o *logos* como dimensão peculiar dos gregos e, por extensão, de todos os europeus, cujas civilizações se desenvolveram a partir da herança grega. Grosso modo, racionalidade é aquilo que torna os indivíduos

7 No antigo Egito, a palavra rekhet designava, basicamente, “conhecimento”, “ciência”, no sentido de “filosofia”, isto é, pesquisa sobre a natureza das coisas (khet) fundamentada no conhecimento preciso (rekhet) e bom (nefer) critério (upi). A palavra upi significa “julgar”, “discernir”, ou seja, “dissecar” [um assunto]. (OBENGA, 2004, p.33-34).

8 Tratando-se de hipóteses, neste artigo trabalhamos com a noção de plausibilidade, não de irrefutabilidade.

plenamente humanos. Desprovidos desta, nada são além de “selvagens”.⁹

Seria ingenuidade, por outro lado, creditar a filosofia como criação africana ou asiática simplesmente por causa de uma suposta geopolítica ou geoeconomia, tais condições sem as quais a filosofia não teria surgido. Seria, aliás, uma atitude idêntica à ocidentalista, uma espécie de eurocentrismo às avessas.¹⁰ Enfim, seria uma leviandade atribuir à geopolítica africana ou asiática como universal, desconsiderando as peculiaridades do pensamento dos outros povos.

Sendo assim, também cabe à crítica examinar as razões que levam os não ocidentais a reivindicarem a paternidade da filosofia. Objetivam eleger a filosofia como rótulo de grande valor no seu humanismo, convertendo-se em sujeitos racionais par excellence?

A filosofia adquiriu, nos últimos séculos, um papel determinante não somente na geopolítica do conhecimento, mas nas relações econômicas e sociais, como um rótulo de poder. Em termos gerais, a racionalidade determina a biopolítica, isto é, a política da vida, privilegiando os grupos geopoliticamente posicionados racionalmente segundo os critérios expressos no rótulo de maior status do humanismo ocidental.¹¹

O conhecimento é um elemento-chave na disputa e na manutenção da hegemonia. Sem dúvida, o estabelecimento do discurso filosófico ocidental como régua privilegiada do pensamento institui uma desigualdade epistemológica (NOGUERA, 2014, p. 23).

Percebe-se, conseqüentemente, que as disputas em torno das origens da filosofia, não compreendem somente as contribuições no campo epistemológico, mas revestem-se multifatorialmente de questões que envolvem os aspectos econômicos, sociais e culturais, cuja percepção individual dificilmente abarca. Trata-se da manutenção da hegemonia, isto é, da promoção da desigualdade epistemológica hierarquizante que impõe o outro à subalternidade. Neste complexo jogo de tabuleiro, o poder hegemônico beneficia-se economicamente e geopoliticamente do estatuto trazido pela racionalidade. Na via diametralmente oposta, a saber, da origem egípcia, os pressupostos basilares continuam sendo os mesmos. Os defensores dessa hipótese, através da contra-hegemonia, alimentam o projeto de instalação, a seu favor, de uma geopolítica hegemônica à medida que reivindicam a racionalidade como sua criação. Ainda assim, o pressuposto da distribuição do poder entre centro-periferia permaneceria intacto, restando, no entanto, apenas invertido.

Pluriversalidade: paternidade compartilhada

Todos aqueles que reivindicam algo procuram reunir poder, reconhecimento e destaque. Não seria desarrazoado pensar, portanto, que tanto ocidentalistas quanto não ocidentalistas, reivindicando a paternidade da filosofia, buscam angariar algum prestígio diante do conjunto da humanidade a partir desse reconhecimento, considerando-se, sobretudo, que a filosofia seja o rótulo de maior status da humanidade.

Entretanto, não é impossível que as duas hipóteses discutidas anteriormente estejam equivocadas, mesmo parcialmente. Ambas as hipóteses encontram divergências consideráveis apontadas por investigadores da temática. Logo, não seria razoável examinarmos todas essas vozes, captando as divergências e investigando as fontes utilizadas? O espírito crítico

9 Termos como “selvagem” e “bárbaro” foram utilizados em períodos diferentes da história para designar indivíduos considerados desprovidos de cultura. Gregos e romanos referiam-se a indivíduos de outras nacionalidades como “bárbaros”, assim como europeus referiam-se aos africanos e ameríndios como “selvagens”, numa tentativa não somente de estabelecer uma hierarquia, mas principalmente de despir o outro do direito de ser reconhecido como plenamente humano.

10 Carlos Lopes (1995, p. 25) designa o afrocentrismo de “pirâmide invertida”, na medida em que, na sua concepção, trata-se de uma tentativa de fazer um eurocentrismo às avessas, porém posicionando a África como superior às demais civilizações.

11 Em contraponto, há a necropolítica (MBEMBE, 2016) como política de morte aos sujeitos posicionados no exterior da geopolítica da racionalidade europeia. Aliás, desde o período colonial, a geopolítica do conhecimento opera mediante a classificação dos sujeitos entre aqueles dotados de racionalidade e aqueles (geralmente negros) desprovidos de razão.

não deveria conduzir-nos a investigações dessa natureza, numa espécie de arqueologia dos saberes filosóficos, retirando toda a poeira que recobre as ideias fortemente entrincheiradas e inquestionavelmente aceitas? Em vez de amparar-se numa doxologia, o debate público sobre a origem da filosofia deveria transcorrer dentro dos limites epistemológicos, porque não se trata, no fim das contas, de um debate de opiniões – muitas vezes apaixonadas¹² –, mas de um debate sério, racional, focado em fontes históricas e documentais examinadas mediante o aparato racional dos seres humanos.

Nesta perspectiva, um novo raciocínio faz-se necessário. Inclusive porque, estando ambas as hipóteses majoritárias parcialmente equivocadas, novos exames racionais devem ser empreendidos a fim de formular uma teoria¹³ acerca das origens da filosofia; essa teoria deve propor novas concepções sobre o assunto, pelo menos como exercício de raciocínio. Por isso, formular-se-á agora, à guisa de elucubração filosófica, uma terceira via como síntese de ambas as hipóteses: a pluriversalidade.

Conforme explicado anteriormente, o conceito de pluriversalidade foi formulado por Mogobe Ramose para designar a existência de pluriversos epistêmicos – e rejeitar a noção de universal como modelo de redistribuição do poder em centro-periferia imposto como paradigma geral.

Reformula-se, aqui, o conceito com a finalidade de repensar a origem da filosofia como uma ação intercambiada. Neste contexto, a filosofia seria produto, não de um único povo – Grécia ou Egito –, mas das relações travadas entre os povos na antiguidade. Contaria, portanto, com uma paternidade compartilhada.

O contato entre gregos, egípcios e mesopotâmicos era intenso naquele período (dada, inclusive, a relativa proximidade geográfica), trazendo verossimilhança à concepção de que a filosofia – como a astronomia e a geometria – tenha sido construída por várias mãos.

Se “todos os homens têm, por natureza, o desejo de conhecer” (ARISTÓTELES, 1984, p. 11), não seria compreensível que os primeiros homens tenham buscado o conhecimento, empregando, inclusive métodos filosóficos de investigação dos fenômenos próprios da realidade?

Quando pensamos na natureza do homem, torna-se imprescindível pensar no surgimento da humanidade, isto é, no homem natural surgido há milênios, cuja passagem para a cultura ocorreu também há milênios. Existe uma hipótese sobre o lugar de surgimento desse homem? Sim, existe. Segundo as teorias mais aceitas, a humanidade surgiu no vale da grande fenda, na África, tendo-se espalhado pelo restante do planeta em ondas migratórias posteriormente (MUNANGA, 2012).

O locus não é geográfico, mas humano. O paradigma não é político, mas epistêmico. Assim, a origem da filosofia não é tributária de um determinado povo habitante de um determinado lugar geográfico, tampouco de uma determinada política, mas do simples fato de haver seres humanos. Isso significa que o único fator determinante de haver filosofia é a existência de pessoas com as sua consciência dirigida pelo logos, ainda que o mythos continue presente em alguma medida, como nos filósofos gregos da antiguidade.¹⁴ A filosofia consiste, portanto, na capacidade de indagar sobre os fenômenos, formulando hipóteses e especulações ontológicas acerca desses mesmos fenômenos.

Outrossim, as relações inter-humanas são intercambiadas pelos conhecimentos, técnicas e manifestações culturais, proporcionando a produção dos conhecimentos numa via de

12 Neste contexto, a palavra “apaixonada” consiste numa tradução *ipsis litteris* do termo grego *pathos*, utilizado para designar “paixões”, “patologias”, etc. Opiniões apaixonadas contribuem pouco para a discussão porque encontram-se patologicamente determinadas.

13 A palavra “teoria” origina-se do grego *Theoria*, que significa “olhar, contemplar”. Assim, a teoria neste artigo encerra íntima relação com o olhar lançado sobre a realidade a fim de explicá-la. Por isso, não se trata de uma noção irrefutável, mas de um olhar sobre determinada realidade a respeito da origem da filosofia.

14 Autores ocidentalistas defendem a paternidade grega da filosofia com base no conceito de logos, afirmando que os gregos o inventaram (ou descobriram). Se pensarmos de maneira convencionalista, perceberemos que a palavra logos atribui sentido àquilo que chamamos de razão, sem no entanto tornar-se a coisa em si. Assim como a palavra egípcia *rekhet*, que atribui sentido ao conhecimento no sentido filosófico não necessariamente encerra a coisa em si. Enfim, as palavras designam as coisas, mas não constituem essas coisas em si.

mão dupla. Neste contexto, as relações entre gregos, egípcios e os povos da mesopotâmia, além do oriente extremo, cujo contato era intenso, certamente contribuíram para o surgimento da filosofia à medida que cada povo colocava um pouco de sua própria percepção filosófica do mundo nessas relações.

Considerações Finais

Este artigo buscou contribuir para a discussão sobre a origem da filosofia mediante a comparação entre duas hipóteses bastante conhecidas, as quais referem-se à origem grega e à origem egípcia, respectivamente. Neste contexto, são trazidos elementos concernentes a ambas, demonstrando as falhas nos principais argumentos utilizados pelos seus defensores. Notadamente, autores brasileiros de livros didáticos foram privilegiados nesta discussão à medida que constituem os maiores introdutores do pensamento filosófico entre os adolescentes, ainda no ensino médio.

Autores africanos e europeus, denominados neste artigo de não ocidentalistas, foram apresentados com a finalidade contestar os argumentos dos defensores da origem grega, os ocidentalistas. Obviamente, a filosofia não é campo de consenso e este fato acarreta constantes debates acerca dos mais variados temas filosóficos. O fato de não haver um consenso, contudo, não torna a filosofia menos profícua – exatamente o oposto disso. A falta de consenso, que marca as discussões filosóficas, funcionam como combustível para a virulência da disciplina.

Nesta perspectiva, este artigo, antes de buscar promover um suposto consenso acerca da origem pluriversal, objetiva precisamente o contrário. As ideias expostas nestas páginas procuram construir uma hipótese original sobre o surgimento da filosofia, mesmo questionando o ‘falso consenso’ sobre a origem grega, uma vez que outras fontes vem demonstrando a existência de uma filosofia muito tempo antes dos gregos, alhures. Com isto, lança-se mais combustível na discussão filosófica, vez que os dogmas fortemente entrincheiras começam a ser contestados.

Contudo, tampouco se objetiva defender uma origem egípcia. Assim, busca-se discordar de ambas as hipóteses – e de todas as outras cujo embasamento exigir uma determinada geopolítica do conhecimento. Defende-se, portanto, uma tese diferente: o estatuto da filosofia não é geopolítico, mas humano. Seu surgimento só poderia ter acontecido entre os seres humanos na medida em que (re)pensam seus dilemas e se posicionam diante do mundo. Por isso a hipótese da pluriversalidade filosófica torna-se importante no debate filosófico contemporâneo: atualiza a reflexão sobre as sociedades antigas e questiona os argumentos chegados desde a antiguidade, (re)pensando a filosofia como presença constante em todos os povos, uma vez que cultivaram (e cultivam) a consciência racional, ainda que em alguma medida cultivem o mito, como fizeram, na antiguidade, os filósofos gregos.

Antes de propor uma verdade irrefutável, cuja finalidade não poderia ser justificadamente designada de filosofia, este artigo busca levantar a discussão, trazendo para o debate os filósofos não ocidentais, pois possuem contribuições para o pensamento do pensamento. Porém, isso não significa que devemos adotar seus argumentos como verdade incontestável, mas que devemos sopesar seus argumentos juntamente com os nossos, (re)emoldurando o quadro do conhecimento filosófico na parede segura da episteme, fundamentando o pensamento e recriando a teoria. Porque no fim das contas, nossas teorias são ainda insuficientes para uma racionalidade plena, curada, circunstância que continua nos obrigando a oferecer galos a Asc-lépio.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna: 2009.

- ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CARREIRA, José Nunes. **Filosofia Antes dos Gregos**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia**. Volume único, ensino médio. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016.
- DIOP, Cheikh Anta. **The African Origin of Civilization: mith or reality?** Westport: Lawrence Hill, 1974.
- DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: **História Geral da África II: África antiga**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. Tradução de João Azevída Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Lições de Filosofia da História**. 2ª ed., reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- HUME, David. [1748]. **Ensaio morais, políticos e literários**. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- JAEGER, Werner W. **Paideia: a formação do homem grego**. Tradução Artur M. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- KANT, Immanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas: Papyrus, 1993.
- LÉVY-BRUHL, Lucien. **A Mentalidade Primitiva**. Niterói: Teodoro, 2015.
- LOPES, Carlos. 'A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos'. In: **Actas do colóquio "construção e ensino de história da África"**. Lisboa: Linopazas, 1995, pp. 21-29.
- MAKUMBA, Maurice M. **Uma introdução à filosofia africana: passado e presente**. Maputo: Paulinas, 2016.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. In: *Arte & Ensaio revista do pp-gav/eba/ufrrj*, n. 32, dez. 2016.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Guia de livros didáticos: PNLD 2018: filosofia. Brasília/DF: MEC/SEB/FNDE, 2017.
- MONTOYA, Fernando Susaeta. **Introducción a la Filosofía Africana: un pensamiento desde el cogito de la supervivencia**. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2010.
- MUNANGA, K. **Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Gaudí Editorial, 2012.
- NICOLA, Ubaldo. **Antologia Ilustrada de Filosofia: das origens à idade moderna**. Tradução de Maria Margherita de Luca. São Paulo: Globo, 2005.
- NKOGO ONDÓ, Eugenio. **Síntesis Sistemática de la Filosofía Africana**. Barcelona (Espanha): Ediciones Carena, 2001.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

OBENGA, Théophile. Egypt: Ancient History of African Philosophy. In WIREDU, Kwasi. **A companion to African Philosophy**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

OMOREGBE, Joseph I. African Philosophy: Yesterday and Today, in EZE, Emmanuel C. (coord.). **African Philosophy: Na Anthology**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998.

PLATÃO. **Banquete, Fédon, Sofista e Político**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

PLATÃO. **As Leis**. Bauru: Edipro, 1999.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates e Crítonn**. Traduzido por Alexandre Romero. São Paulo: Hunter Books, 2013.

PLATÃO. **A Teoria das Ideias**. Traduzido por Adalberto Roseira. São Paulo: Hunter Books, 2013.

PLUTARCO. Isis y Osíris. In: **Obras Morales Y de Costumbres (Moralia VI)**. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. *Ensaio Filosófico*. Rio de Janeiro, v. IV, out. 2011.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia antiga vol. I**. São Paulo: Paulus, 2003.

REIS, Maurício de Novais. **Ensino de Filosofia: do universo eurocêntrico ao pluriverso epistêmico – um a introdução**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

TOWA, Marcien. **A ideia de uma filosofia negro-africana**. Tradução de Roberto Jardim da Silva. Belo Horizonte: Nandyala; Curitiba: NEAB-UFPR, 2015.

Recebido em: 24 de novembro de 2021.

Aceito em: 29 de novembro de 2021.